

REGULATORY UPDATE

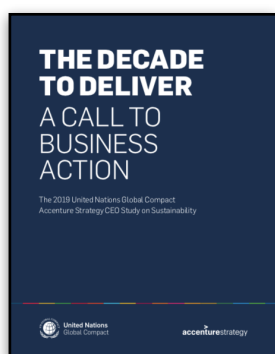
Outubro 2019



A AEM, com a colaboração da SLBA - Sociedade de Advogados, publica o **REGULATORY UPDATE** com o objectivo de facilitar o mapeamento e acompanhamento da actividade legislativa e regulatória com maior impacto para as empresas cotadas associadas.

O **REGULATORY UPDATE** contém informação sobre as iniciativas legislativas e regulatórias portuguesas e europeias consideradas mais relevantes, incluindo as ligações para os documentos em causa, e abrange o mês imediatamente anterior ao da respectiva publicação.

FINANÇAS SUSTENTÁVEIS - SÍNTESE DOCUMENTAL



United Nations - The decade to deliver: A call to business action



TEG report on EU taxonomy



TEG report on EU green bond standard



TEG Report on EU climate benchmarks and benchmarks' ESG disclosures

EC - Technical expert group on sustainable finance (TEG) – **Overview of outreach plans** - [DOC](#)

EC - Factsheet: **Financing sustainable growth** - [DOC](#)

EC - High-level conference: **A global approach to sustainable finance** - [DOC](#)

EC - **Commission legislative proposals** on sustainable finance - [DOC](#)

EC - Commission **action plan** on financing sustainable growth - [DOC](#)

EC - Final report of the **High-Level Expert Group on Sustainable Finance** - [DOC](#)

EC - Commission **guidelines on non-financial reporting** - [DOC](#)

IPSOS - Survey for the World Economic Forum - **United Nations Sustainable Development Goals** - [DOC](#)

TCFD - Implementation Guide - [DOC](#)

TCFD - 2019 Status Report - The FSB **Task Force on Climate-related Financial Disclosures** - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO NACIONAL

LEIS, DECRETOS-LEI, PORTARIAS E RESOLUÇÕES

Decreto-Lei n.º 158/2019, de 22 de Outubro

Cria a Janela Única Logística, transpondo a Diretiva n.º 2010/65/UE - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 153/2019, de 17 de Outubro

Altera o prazo de garantia para acesso ao subsídio social de desemprego - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 150/2019, de 10 de Outubro

Regula o Sistema Eletrónico de Compensação, para efeitos de compensação voluntária de créditos - [DOC](#)

Decreto-Lei n.º 147/2019, de 30 de Setembro

Aprova medidas de contingência a aplicar na eventualidade de uma saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo - [DOC](#)

Decreto Regulamentar n.º 6/2019, de 10 de Outubro

Altera o Regulamento de Sinalização do Trânsito - [DOC](#)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2019, de 3 de Outubro

Autoriza o aumento da despesa para o lançamento dos procedimentos financeiros para a reabilitação urbana - [DOC](#)

Declaração de Retificação n.º 54/2019, de 22 de Outubro

Declaração de Retificação à Lei n.º 118/2019, de 17 de setembro, «Modifica regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária, procedendo a diversas alterações legislativas», publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 178, de 17 de setembro de 2019 - [DOC](#)

Declaração de Retificação n.º 49/2019, de 4 de Outubro

Declaração de retificação à Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, «Alteração de diversos códigos fiscais» - [DOC](#)

Declaração de Retificação n.º 48/2019, de 3 de Outubro

Declaração de retificação à Lei n.º 90/2019, de 4 de setembro, «Reforço da proteção na parentalidade, alterando o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e os Decretos-Leis n.ºs 89/2009, de 9 de abril, que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente, e 91/2009, de 9 de abril, que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade» - [DOC](#)

Portaria n.º 388/2019, de 28 de Outubro

Regulamenta os termos da ligação funcional entre a Guarda Nacional Republicana e o Ministério das Finanças - [DOC](#)

Portaria n.º 373/2019, de 15 de Outubro

Alteração da Portaria n.º 214/2019, de 5 de julho, que procedeu à criação da medida de Apoio ao Regresso de Emigrantes a Portugal, no âmbito do Programa Regressar - [DOC](#)

Portaria n.º 370/2019, de 14 de Outubro

Aprova os novos modelos de impressos para cumprimento da obrigação declarativa prevista no n.º 1 do artigo 57.º do Código do IRS e respetivas instruções de preenchimento a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2020, que se destinam a declarar rendimentos dos anos de 2015 e seguintes - [DOC](#)

Portaria n.º 368/2019, de 11 de Outubro

Aprova as instruções de preenchimento da Declaração Modelo 25 - donativos recebidos, aprovada pela Portaria n.º 318/2015, de 1 de outubro, em anexo à presente portaria, da qual faz parte integrante - [DOC](#)

**Portaria n.º 366/2019, de 10 de Outubro**

Fixa as zonas geográficas a que se referem os n.ºs 4 e 5 do artigo 39.º e o n.º 3 do artigo 45.º do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2019, de 12 de setembro - [DOC](#)

Portaria n.º 365/2019, de 10 de Outubro

Aprova a Declaração Modelo 10 - Rendimentos e retenções - Residentes, e respetivas instruções de preenchimento - [DOC](#)

Portaria n.º 362/2019, de 9 de Outubro

Portaria que procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2019 - [DOC](#)

Portaria n.º 356/2019, de 8 de Outubro

Regulamenta as comunicações eletrónicas dos tribunais judiciais ao Banco de Portugal no âmbito dos processos regulados pelo Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas - [DOC](#)

Portaria n.º 352/2019, de 7 de Outubro

Aprova as instruções de preenchimento da Declaração Modelo 37 - Juros de Habitação Permanente, Prémios de Seguros, Comparticipações em Despesas de Saúde, Planos de Poupança Reforma (PPR) e Fundos de Pensões e Regimes Complementares, aprovada pela Portaria n.º 320/2018, de 13 de dezembro, em anexo à presente portaria, da qual fazem parte integrante - [DOC](#)

Portaria n.º 351/2019, de 7 de Outubro

Aprova as novas instruções de preenchimento da Declaração Modelo 39 - Rendimentos e Retenções a Taxas Liberatórias, aprovada pela Portaria n.º 319/2018, de 12 de dezembro, em anexo à presente portaria e da qual fazem parte integrante - [DOC](#)

Portaria n.º 350/2019, de 7 de Outubro

Portaria que regulamenta o sistema de controlo declarativo-contabilístico previsto no artigo 114.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho, a que estão sujeitos os entrepostos fiscais de produção de produtos do tabaco, estabelecendo as obrigações e os procedimentos a observar pelos operadores económicos - [DOC](#)

Portaria n.º 342/2019, de 1 de Outubro

Altera o regime de cobrança das taxas devidas nos julgados de paz e fixa os termos da respetiva repartição entre o Ministério da Justiça e os Municípios e demais entidades parceiras referidas nos atos constitutivos de cada julgado de paz - [DOC](#)

Portaria n.º 341/2019, de 1 de Outubro

Regulamenta os modelos a que devem obedecer os articulados no âmbito dos processos de contencioso dos procedimentos de massa, previstos no n.º 3 do artigo 99.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, bem como os formulários de articulados suscetíveis de determinar a redução da taxa de justiça aplicável aos processos administrativos, previstos no n.º 9 do artigo 6.º do Regulamento das Custas Processuais - [DOC](#)

Portaria n.º 339/2019, de 1 de Outubro

Aprova o modelo oficial da Declaração Mensal de Imposto do Selo e respetivas instruções de preenchimento, a que se refere o n.º 2 do artigo 52.º-A do Código do Imposto do Selo, que constam do Anexo I, da qual faz parte integrante - [DOC](#)

Aviso n.º 93/2019, de 1 de Outubro

Entrada em vigor da Convenção entre a República Portuguesa e a República de Angola para Eliminar a Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Fraude e a Evasão Fiscal, assinada em Luanda, a 18 de setembro de 2018 - [DOC](#)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - NOVAS INICIATIVAS

PROJETOS DE LEI

Projeto de Lei 29/XIV (CDS), 30 de Outubro

Redução da taxa de IRC (Procede à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro) - [DOC](#)

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Projeto de Resolução 12/XIV (PCP), 30 de Outubro

Aumento do Salário Mínimo Nacional - [DOC](#)

GOVERNO DE PORTUGAL

Projeto de Plano Orçamental 2020 - [DOC](#)

CMVM - COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

CONSULTAS PÚBLICAS

Consulta Pública n.º 7/2019, de 5 de Novembro - Projeto de Regulamento relativo ao envio de informação à CMVM para efeitos de supervisão prudencial de SGOIC e SGFTC - [DOC](#)

Consulta Pública n.º 6/2019, de 5 de Novembro - Projeto de Regulamento que altera os Regulamentos CMVM n.º 2/2002 e n.º 12/2002, relativos à titularização de créditos - [DOC](#)

Consulta Pública n.º 5/2019, de 5 de Novembro - Projeto de Regulamento que altera o Regulamento da CMVM n.º 2/2015 sobre a atividade de gestão de organismos de investimento coletivo - [DOC](#)

CIRCULARES, FAQs E COMUNICADOS

Intervenção da Presidente da CMVM na Conferência da Semana Mundial do Investidor: “**A digitalização ao serviço do investidor**” - [DOC](#)

CMVM disponibiliza **Código dos Valores Mobiliários atualizado em inglês** - [DOC](#)

Proteção do investidor numa economia digitalizada marca **Semana Mundial do Investidor** - [DOC](#)

CMVM e APB promovem sessões de esclarecimento sobre **boas práticas de investimento** em agências bancárias - [DOC](#)

Estudo sobre **valor para o cliente gerado por bancos Fintech versus tradicionais** vence Concurso de Inovação Financeira - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Relatório Estatístico sobre **Reclamações dos Investidores** - 1º Semestre de 2019 - [DOC](#)

Indicadores trimestrais de **intermediação financeira** - 3º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Indicadores trimestrais de **contraordenações** - 3º Trimestre de 2019 - [DOC](#)



Indicadores trimestrais de **day-trading** - 3º Trimestre de 2019 - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento imobiliário** - Setembro - [DOC](#)

Indicadores mensais dos fundos de **investimento mobiliário** - Setembro - [DOC](#)

Indicadores mensais do **mercado de capitais** português - Setembro - [DOC](#)

Indicadores mensais de **recepção de ordens** - Setembro - [DOC](#)

BANCO DE PORTUGAL

REGULAMENTAÇÃO

Instrução (Histórico) n.º 17/2019 - Regula o reporte de informação estatística ao Banco de Portugal para compilação das estatísticas de títulos, na vertente de carteiras de títulos de grupos financeiros - [DOC](#)

Carta Circular n.º CC/2019/00000065 - Comunica que as instituições de crédito, empresas de investimento, instituições de pagamento e instituições de moeda eletrónica sujeitas à supervisão do Banco de Portugal devem, a partir de 31 de maio de 2020, observar os requisitos previstos nas "Orientações relativas à subcontratação" (EBA/GL/2019/02), que contém um conjunto alargado de orientações e recomendações relacionados com a implementação de mecanismos e processos em matéria de gestão de funções subcontratadas, com vista a robustecer e harmonizar as práticas de subcontratação das entidades destinatárias - [DOC](#)

Carta Circular n.º CC/2019/00000066 - Regulamenta a Instrução n.º 1/2011, publicada no BO n.º 2, de 15-02-2011, sobre as regras específicas de utilização de sistemas inteligentes de neutralização de notas de euro (IBNS). Revoga a Carta-Circular n.º 1/2011/DET, de 18-01-2011 - [DOC](#)

RELATÓRIOS E BOLETINS

Sistema Bancário Português: desenvolvimentos recentes - 2.º trimestre 2019 - [DOC](#)

O Crescimento Económico Português: Uma Visão sobre Questões Estruturais, Bloqueios e Reformas - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 10/2019 - Outubro - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 10/2019: 1º Suplemento - Outubro - [DOC](#)

Boletim Oficial n.º 9/2019: 1º Suplemento - Setembro - [DOC](#)

Boletim Estatístico n.º 10/2019 - Outubro - [DOC](#)

Boletim Económico - Outubro - [DOC](#)

Indicadores Coincidentes - Outubro - [DOC](#)

Revista de Estudos Económicos n.º 4, Volume V - Outubro - [DOC](#)

INTERVENÇÕES E COMUNICADOS

Intervenção do Governador, Carlos da Silva Costa, na Conferência sobre **Governança Corporativa no Sector Bancário: "Proteção da estabilidade financeira: as quatro linhas de defesa"** - [DOC](#)

Address by Governor Carlos da Silva Costa at the Governing Council Dinner - **Farewell Speech in honor of President Mario Draghi** - [DOC](#)



Intervenção do Governador, Carlos da Silva Costa, no Grande Encontro: **Banca do Futuro 2019** - [DOC](#)

Intervenção do Governador, Carlos da Silva Costa, na Conferência do Banco Central do Chile: "**Measuring the economy in the digital age**" - "**Challenges of digitalization: How can we measure its impact in the economy?**" - [DOC](#)

Intervenção de abertura do Governador, Carlos da Silva Costa, na "**Banco de Portugal's 2019 Conference on Financial Stability**" - [DOC](#)

Intervenção de abertura do Governador, Carlos da Silva Costa, no XXIX Encontro de Lisboa entre os **Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa** - [DOC](#)

Entrevista do Governador, Carlos da Silva Costa, ao Jornal de Negócios - [DOC](#)

Intervenção do Administrador Hélder Rosalino no I **Encontro de Gestão de Reservas dos BCPLP** - [DOC](#)

Intervenção de encerramento do Administrador Luís Laginha de Sousa na "**Banco de Portugal's 2019 Conference on Financial Stability**" - [DOC](#)

Prestadores de serviços de pagamento têm de **adotar a autenticação forte do cliente nos pagamentos online com cartão** até 31 de dezembro de 2020 - [DOC](#)

Apresentação de Pedro Duarte Neves na Apresentação do e-book "**O Crescimento Económico Português: Uma Visão sobre Questões Estruturais, Bloqueios e Reformas**" - [DOC](#) - [E-book](#)

Há uma nova taxa de juro de referência. Perceba porque é que isso é importante - [DOC](#)

Verão de 2019: **SICOI regista novos máximos nos débitos diretos e nas operações com cartão** - [DOC](#)

Reforma das taxas de juro de referência do euro - [DOC](#)

Comunicado do Banco de Portugal sobre a **reserva contracíclica de fundos próprios** – 4.º trimestre 2019 - [DOC](#)

Gestão do Trust Fund de Cabo Verde (CVDTF) pelo Banco de Portugal - [DOC](#)

Evolução das economias dos **PALOP e de Timor-Leste** 2018-2019 - [DOC](#)

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Atividade sancionatória: 3º trimestre de 2019 - [DOC](#)

Contas nacionais financeiras: 2º trimestre de 2019 - [DOC](#)

Estatísticas das empresas da central de balanços: 2º trimestre de 2019 - [DOC](#)

Estatísticas bancárias Internacionais em base consolidada: 2º trimestre de 2019 - [DOC](#)

Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos: Agosto - [DOC](#)

Empréstimos concedidos pelo setor financeiro: Agosto - [DOC](#)

Financiamento das administrações públicas: Agosto - [DOC](#)

Endividamento do setor não financeiro: Agosto - [DOC](#)

Empréstimos e depósitos bancários: Agosto - [DOC](#)

Balança de Pagamentos: Agosto - [DOC](#)

Emissões de títulos: Agosto - [DOC](#)

Dívida pública: Agosto - [DOC](#)



ASF - AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

Consulta Pública n.º 6/2019 - Projeto de norma regulamentar que visa regular a prestação inicial de informação pelas associações mutualistas abrangidas pelo regime transitório de supervisão para efeitos do exercício dos poderes que estão legalmente cometidos à ASF - [DOC](#)

AT - AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

Circular n.º 4/2019 - Regime Fiscal dos Residentes Não Habituais - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 001487/2019 - Aplicação às SIGI do regime fiscal previsto no artigo 22.º do EBF e aos sócios das SIGI do regime fiscal previsto no artigo 22.º-A do EBF - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 15054/2019 - Exclusão do direito à dedução – O IVA contido na aquisição de eletricidade que abastece as viaturas elétricas, enquanto despesa de utilização das mesmas, está excluído do direito à dedução - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 2171/2014 - Aplicação da Lei no tempo, alínea c) do n.º 1 do artigo 43.º do EBF - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 3139/2017 - Realizações de Utilidade Social - Seguro de Saúde - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 002008/2019 - DLRR e RCCS - Cumulatividade por recurso ao lucro do próprio exercício - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 2009/2019 - Remuneração convencional do capital social – Aumento do capital por incorporação de reservas - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 001093/2019 - RFAI e DLRR - Montantes e limites passíveis de dedução à coleta e prazo de reinvestimento previsto no art.º 29.º do CFI - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 002361/2018 - RFAI - Prejudicialidade das CAE (atividade de transformação de produtos agrícolas) - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 001483/2019 - Menos-valia apurada no âmbito da liquidação de subsidiária - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 000088/2019 - Aplicabilidade do regime de neutralidade fiscal a operações de cisão - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 354/2018 - Alteração da sociedade dominante de um Grupo sujeito ao RETGS, para uma sociedade residente na UE e inclusão de uma sociedade residente na UE detida indiretamente pela nova dominante e que alterou a sua sede para Portugal após o início do período de tributação do Grupo - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 001011/2019 - Mais-valias e menos-valias realizadas com a transmissão de instrumentos de capital próprio – cálculo da percentagem de 50% constante do n.º 4 do artigo 51.º C - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 002006/2019 - Enquadramento fiscal de gastos com ginásios - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 3224/2019 - Gastos relativos a despesas de saúde com pessoal - [DOC](#)

Informação Vinculativa n.º 3139/2017 - Realizações de Utilidade Social - Seguro de Saúde - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 30213/2019 - Processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes. Conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte - [DOC](#)

Ofício-circulado n.º 20212/2019 - Alterações à limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento - [DOC](#)



Instrução de Serviço n.º 20005/2019 - RNH - AEVA - Alteração de procedimentos - [DOC](#)

Despacho do SEAF n.º 4/2019-XXII-SEAF - Adiamento da comunicação dos estabelecimentos e dos sistemas de faturação - [DOC](#)

COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

Publicação das listas oficiais dos Administradores Judiciais - [DOC](#)



JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 464/2019, de 21 de Outubro

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma constante do artigo 3.º da Lei Orgânica n.º 4/2017, de 25 de agosto, na parte em que admite o acesso dos oficiais de informações do Serviço de Informações de Segurança (SIS) e do Serviço de Informações Estratégicas e de Defesa (SIED), relativamente a dados de base e de localização de equipamento, quando não dão suporte a uma concreta comunicação, para efeitos de produção de informações necessárias à salvaguarda da defesa nacional e da segurança interna, por violação dos artigos 26.º, n.º 1, e 35.º, n.ºs 1 e 4, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 2, da Constituição da República Portuguesa; não declara a inconstitucionalidade da norma constante do artigo 3.º da Lei Orgânica n.º 4/2017, de 25 de agosto, na parte em que admite o acesso dos oficiais de informações destes serviços no âmbito das respetivas atribuições, relativamente a dados de base e de localização de equipamento, quando não dão suporte a uma concreta comunicação, para efeitos de produção de informações necessárias à prevenção de atos de sabotagem, espionagem, terrorismo, proliferação de armas de destruição maciça e criminalidade altamente organizada; declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma constante do artigo 4.º da Lei Orgânica n.º 4/2017, de 25 de agosto, por violação do disposto no artigo 34.º, n.º 4, da Constituição, no que diz respeito ao acesso aos dados de tráfego que envolvem comunicação intersubjetiva, e por violação do disposto nos artigos 26.º, n.º 1, e 35.º, n.ºs 1 e 4, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 2, todos da Constituição, no que se refere ao acesso a dados de tráfego que não envolvem comunicação intersubjetiva - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 3 de Outubro

I. Reenvio prejudicial – Sociedade da informação – Livre circulação de serviços – Diretiva 2000/31/CE – Responsabilidade dos prestadores intermediários de serviços – Artigo 14.º, n.os 1 e 3 – Prestador de serviços de armazenamento – Faculdade de exigir do prestador que previna ou ponha termo a uma infração – Artigo 18.º, n.º 1 – Limites pessoal, material e territorial ao alcance de uma medida inibitória – Artigo 15.º, n.º 1 – Ausência de obrigação geral de vigilância - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 1 de Outubro

I. Reenvio prejudicial — Diretiva 95/46/CE — Diretiva 2002/58/CE — Regulamento (UE) 2016/679 — Tratamento de dados pessoais e proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas — Cookies — Conceito de consentimento do titular dos dados — Declaração de consentimento através de uma opção pré-validada. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 2 de Outubro

I. Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: «No âmbito do regime jurídico de empreitadas de obras públicas consagrado no DL n.º 59/99, de 2 de Março, e no caso de uma empreitada de concepção/construção de obra adjudicada sem prévio estudo geológico ou geotécnico do terreno por estar previsto que a realização do mesmo era obrigação do adjudicatário, a responsabilidade pelos custos com os trabalhos resultantes da rectificação do erro no projecto relativo às fundações recai sobre o dono da obra.» - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 2 de Outubro

I. À violação das regras de competência em razão do território em oposição a execução fiscal aplica-se o disposto no artigo 17.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, pelo que a infração das regras de competência territorial determina a incompetência meramente relativa do Tribunal (cfr. o n.º 1 do artigo 17.º do CPPT), que apenas pode ser arguida pelo executado, até ao termo do prazo para deduzir a oposição [cfr. a alínea b) do n.º 2 do artigo 17.º do CPPT], não podendo ser arguida pela Fazenda Pública nem ser oficiosamente conhecida pelo Tribunal - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 25 de Setembro

I. Para aferir da competência em razão da hierarquia do STA há que olhar para as conclusões da alegação do recurso e verificar se, perante elas, as questões controvertidas se resolvem mediante uma exclusiva actividade de aplicação e interpretação de normas jurídicas ou se, pelo contrário, implicam a necessidade de dirimir questões de facto.
II. Os atos do órgão de execução fiscal consolidam-se na ordem jurídica quando não sejam impugnados tempestivamente. Seja nulo ou anulável, deverá o ato praticado pelo órgão de execução fiscal ver a sua conformidade jurídica jurisdicionalmente sindicada mediante reclamação a apresentar no prazo de 10 dias a contar da respetiva notificação. - [DOC](#)

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 25 de Setembro

I. O prazo de caducidade do direito à liquidação suspende-se com a notificação ao contribuinte do início de acção inspectiva externa, mas esse efeito suspensivo cessa, e o prazo conta-se do seu início, caso a inspecção ultrapasse seis meses contados a partir daquela notificação. - [DOC](#)



Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 18 de Setembro

I. Tendo a Contribuição sobre o Sector Bancário natureza jurídica de contribuição financeira, não ocorre inconstitucionalidade orgânica e material das normas do seu regime jurídico, por violação dos princípios constitucionais da legalidade, da não retroactividade, da tutela da confiança e da segurança jurídica, da igualdade, capacidade contributiva e equivalência, pelo que também a respectiva autoliquidação, ainda que referente aos anos de 2012 a 2014, não enferma de ilegalidade por alegada violação desses mesmos princípios. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de 6 de Junho

I. A atenuação especial da coima prevista no n.º 2 do artigo 32.º do RGIT exige a verificação cumulativa de dois requisitos: i) o reconhecimento da responsabilidade por parte do infrator e ii) a regularização da situação tributária até à decisão do processo.

II. A lei não indica os modos por que poderá demonstrar-se a verificação daquele primeiro pressuposto, contudo, pode o mesmo ser tido como evidenciado a partir dos atos e declarações que o arguido pratique no processo e da conduta que com elas evidencie concretamente assumir.

III. Evidencia o reconhecimento da responsabilidade pelo infrator o pagamento do imposto devido e da coima reduzida, sem discutir a existência da infração. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 30 de Setembro

I. Pretendendo lançar mão da presunção legal consagrada no artigo 6.º n.º 4 do CIRS, é sobre a ATA que impende o ónus de alegar e comprovar que as quantias recebidas em contas de que os sócios são titulares estão escrituradas, ainda que sem menção de origem, na conta corrente dos sócios existentes na sociedade. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 30 de Setembro

I. Os prints informáticos da AT per si não são bastantes à demonstração da realidade do que neles se deixou lavrado.

II. Não demonstrando a Fazenda Pública que as notificações das liquidações exequendas dirigidas à sociedade devedora originária chegaram à sua esfera de cognoscibilidade, procede o invocado fundamento de inexigibilidade da dívida. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 30 de Setembro

I. Os subsídios obtidos do Estado destinados a investimento devem ser levados a proveito de acordo com a natureza dos bens a cuja aquisição são destinados.

II. Tratando-se de bens amortizáveis, com vida útil definida (caso dos autos), faz-se imputação anual do ganho associado ao incentivo, de forma a balanceá-lo com o gasto relacionado (depreciação ou amortização) – art.º23.º, n.º1, alínea g), do CIRC. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 30 de Setembro

I. A sindicância pelo Tribunal Central Administrativo das decisões dos tribunais arbitrais constituídos sob a égide do Regime Jurídico da Arbitragem Voluntária tem um objecto legal pré-definido, limitado às nulidades das sentenças previstas no artigo 28.º do RJAT, à violação dos princípios consagrados no artigo 16.º (para que somos remetidos por aquele mesmo artigo 28.º) ou, excepcionalmente, em casos justificados, com fundamento em outras nulidades processuais cujo reconhecimento se mostra imposto pela unidade e completude do sistema jurídico para que nos remete o artigo 29.º do mesmo diploma legal ou que, pela sua verificação, determinem a anulação subsequente do processado, incluindo a sentença arbitral que haja sido proferida.

II. Compete ao Tribunal Arbitral conhecer de todas as questões que as partes hajam suscitado nos seus articulados tendo em vista o reconhecimento da sua pretensão, sem prejuízo de lhe ser permitido não conhecer de uma questão nas situações em que a sua apreciação esteja já prejudicada pela decisão dada a outra anteriormente decidida.

III. É uma verdadeira questão, e não um mero argumento, a alegação de que uma determinada disposição legal, interpretada num determinado sentido é inconstitucional.

IV. Tendo a Administração Tributária suscitado no seu articulado a questão enunciada em III, e não tendo o Tribunal Arbitral - que perfilhou na sua decisão a interpretação do normativo no sentido reputado de inconstitucional - apreciado expressamente essa questão, há que concluir que a sentença arbitral impugnada padece de nulidade por omissão de pronúncia. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul, de 16 de Setembro

I. O acto que assinala o termo da inspeção é a notificação ao Contribuinte do relatório da Inspeção Tributária. O que é diferente da conclusão dos actos de inspeção, que ocorre na data da notificação da nota de diligência emitida pelo funcionário incumbido do procedimento.

II. Para que o contribuinte pudesse ser tributado pela categoria B pelos rendimentos enquadráveis nas categorias F e E seria indispensável que os bens ou valores geradores dos rendimentos fizessem parte do activo da empresa individual do sujeito passivo, ou que estivessem afectos às actividades empresariais por ele desenvolvidas, em consagração do princípio da



autonomia ou separação patrimonial assente na distinção entre o património afecto à actividade empresarial e o património pessoal.

III. De acordo com a manifestação do chamado poder de “atração” da categoria B (cfr. art.º 3º/2,b) do CIRS (na redação aplicável), convertem-se em rendimentos desta categoria aqueles que em virtude da sua substância, preenchiam normas de incidência de outras categorias.

IV. Para que essa atração se torne possível, é necessário que haja conexão entre a actividade empresarial e a “fonte atraída”. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 8 de Outubro

I. A perda de valor do papel comercial ESI adquirido onerosamente pelo A. é susceptível de gerar a responsabilidade da verdadeira entidade que assumiu a qualidade de intermediária financeira, ou seja, a instituição bancária que, para o desenvolvimento da sua actividade comercial própria, se serve do seu pessoal assalariado.

II. A eventual responsabilidade do funcionário da pessoa colectiva que assume a intermediação financeira da sua entidade patronal, em nome e no interesse desta, apenas poderá radicar num comportamento ilícito daquele, de natureza dolosa ou meramente negligente, ou seja, desde que o mesmo tenha agido culposamente.

III. Excepcionando as situações especiais em que se demonstre que o funcionário do banco que teve intervenção junto do cliente actuou abusiva ou fraudulentamente, sabendo perfeitamente que o produto financeiro proposto não iria ser reembolsado ao tempo do respectivo vencimento ou que não teria a rentabilidade propalada – o que não se provou na situação sub judice -, o mesmo não pode ser pessoalmente responsabilizado pelas vicissitudes respeitantes ao descalabro financeiro da instituição que representa, não se justificando que responda pessoalmente, com o seu património, pela perda de valor do papel comercial adquirido pelo cliente junto da instituição bancária.

IV. Nos termos gerais do artigo 800º do Código Civil os actos praticados pelos representantes ou pessoas utilizadas no giro comercial bancário repercutem-se directamente na esfera jurídica da instituição para a qual os mesmos trabalham, pelo que a responsabilidade que o A. legitimamente acusa, relacionado com o não reembolso do papel comercial da ESI, determinado pelo colapso do denominado “Universo BES”, deverá ser dirigida apenas contra a instituição financeira em causa – o Banco Espírito Santo -, competindo ao A, efectuar a competente reclamação de créditos no respectivo processo de liquidação pendente.

V. Também o invocado incumprimento da formalidade prevista no artigo 373º, nº 3, do Código Civil, dado o cliente em causa ser pessoa que não sabe ler nem escrever, não é, por si, passível de gerar a responsabilidade pessoal da funcionária do BES que atendeu e aconselhou o ora A., atendendo a que foi relativamente longo o historial do relacionamento negocial entre o A. e a Ré, com subscrição pelo A. de diversos produtos financeiros junto do Banco Espírito Santo, sem que nunca tivesse suscitado a necessidade de intervenção de notário para a corrente realização de actos relacionados com o giro bancário, sendo que não é tal circunstância (a omissão da intervenção desse oficial dotado de poderes de fé pública) que poderá, por si, fundar qualquer tipo de responsabilidade da funcionária bancária, ora Ré.

VI. Sendo o A. era pessoa experiente, comerciante de profissão e encontrando-se coadjuvado pela filha sempre que era necessário, nunca – a não ser oportunisticamente para poder retirar proveitos neste processo – suscitou tal intervenção de notário, a qual de resto, ainda que viesse a suceder, nunca teria qualquer potencialidade para evitar as perdas associados ao papel comercial subscrito.

VII. O que o A. legitimamente pretendia era a maior rentabilidade possível para os fundos pecuniários que confiava à entidade bancária, rejeitando os conservadores depósitos a prazo, nada importando ou interferindo neste contexto a anómala, inusitada e só agora reclamada presença do notário na sua actividade corrente e vulgar junto de um banco. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação do Lisboa, de 12 de Setembro

I. O recrutamento por empresa de trabalhadores de empresas concorrentes, consubstanciando um acto de concorrência, é em princípio um comportamento lícito, ainda que venha o mesmo a desencadear prejuízos nos concorrentes, decorrentes vg de perda de clientela e/ou de produtividade.

II. Porém, caso o recrutamento identificado em 1 venha a processar-se através do DESVIO (vg por insistente aliciamento, incitamento ou assédio) de trabalhadores de concorrente, sendo portanto concretizado por meios ou expedientes de todo contrários (logo ilícitos) aos usos honestos, então é o acto de concorrência susceptível de se caracterizado como sendo DESLEAL.

III. Só na situação identificada em 2., e verificados todos os demais elementos/pressupostos na responsabilidade civil extracontratual, pode a empresa concorrente lesada demandar a lesante/concorrente desleal, com vista ao ressarcimento dos prejuízos sofridos. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 11 de Outubro

I. Configura uma actividade de intermediação financeira a que é exercida por um Banco, enquanto instituição de crédito



autorizada em Portugal para o efeito, quando junto de clientes do Banco os leva a investir capital em obrigações de uma sociedade que os mesmos vieram a subscrever.

II. O prazo de prescrição de dois anos previsto no art.º 342.º n.º 2 do CVM não é de aplicação automática, já que apenas pode verificar-se a prescrição caso não exista dolo ou culpa grave do intermediário financeiro, juízo que passará sempre pela avaliação dos contornos efectivos que rodearam a negociação e conclusão do contrato realizado, pois só esses factos é que vão permitir perceber se o intermediário financeiro observou os deveres a que estava obrigado no exercício desta sua actividade, designadamente o dever de informação previsto no CVM. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 12 de Setembro

I. É necessário que exista uma qualquer circunstância especial para que o juiz possa considerar manifestamente excessiva a taxa. Só depois a pode reduzir. - [DOC](#)

Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 10 de Maio

I. Embora a comercialização de produto financeiro com informação de ter capital garantido responsabilize em primeira linha a entidade emitente do produto, não significa que essa responsabilidade não se estenda também ao intermediário financeiro, se no relacionamento contratual que desenvolve com o cliente, assumir em nome desse relacionamento contratual também o reembolso do capital investido.

II. Provando-se que no âmbito do contrato de intermediação financeira o funcionário do Banco propôs ao autor uma aplicação financeira mediante a aquisição de um produto (Obrigações SLN) com garantia do capital investido e que o autor deu a sua anuência à concretização da aplicação, por se tratar de um produto comercializado pelo Banco com capital garantido, o Banco é responsável pelas obrigações assumidas no compromisso com o cliente, designadamente o reembolso do capital investido.

III. Pois, face ao disposto no art.º 563º do CC, o nexo de causalidade entre a violação dos deveres de informação e o dano causado aos autores está demonstrado quando, face à factualidade provada, podemos concluir que se os deveres de informação tivessem sido cumpridos, e não tivesse havido omissão de informação por um lado e informação enganosa por outro, o autor não teria investido naquele produto financeiro.

IV. Tendo-se reconhecido, no contexto factual em que ocorreu o negócio, que o Banco agiu com culpa grave, é inaplicável o reduzido prazo prescricional previsto no n.º 2, do artigo 324º do CdVM, sendo antes aplicável o prazo prescricional ordinário. - [DOC](#)



LEGISLAÇÃO EUROPEIA

EUROPEAN COMMISSION

DECISIONS AND REGULATION

Council Decision (EU) 2019/1663 of 1 October 2019 amending Decision (CFSP) 2015/1333 concerning restrictive measures in view of the situation in Libya - October 2 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/1731 of 16 October 2019 amending for the 306th time Council Regulation (EC) No 881/2002 imposing certain specific restrictive measures against certain persons and entities associated with the ISIL (Da'esh) and Al-Qaida organisations - October 17 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/1729 of 15 October 2019 on the harmonised standard for conformity assessment drafted in support of Regulations (EC) No 765/2008 and (EC) No 1221/2009 of the European Parliament and of the Council, Directive 2006/42/EC of the European Parliament and of the Council and Union acts incorporating the reference provisions of Decision No 768/2008/EC of the European Parliament and of the Council - October 16 - [DOC](#)

Commission Delegated Regulation (EU) 2019/1717 of 14 October 2019 implementing Regulation (EU) 2016/1686 imposing additional restrictive measures directed against ISIL (Da'esh) and Al-Qaeda and natural and legal persons, entities or bodies associated with them - October 15 - [DOC](#)

Lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS

Post-Programme Surveillance Report, Portugal, Summer 2019 - [DOC](#)

Public consultation - **Report pursuant to Article 54 of the Benchmark Regulation** - [DOC](#)

Public consultation - **Alignment EU rules on capital requirements to international standards** (prudential requirements and market discipline) - [DOC](#)

The Commission will check whether **EU rules on environmental crime are relevant, effective, efficient, and in line with other EU legislation** - [DOC](#)

ESMA - EUROPEAN SECURITIES AND MARKETS AUTHORITY

MIFID II E MIFIR - MARKETS IN FINANCIAL INSTRUMENTS DIRECTIVE AND REGULATION

ESMA has published its Annual Report on the **application of waivers and deferrals under MiFIR** - [DOC](#)

ESMA has launched a consultation on possible **amendments to the trading obligation under MiFIR** following the introduction of EMIR Refit - [DOC](#)

ESMA has updated its Questions and Answers on **data reporting under the Market in Financial Instruments Regulation (MiFIR)** - [DOC](#)

ESMA updates MIFID II Q&As on **transparency and market structures issues** - [DOC](#)

OTHER DOCUMENTS

ESMA prepares for **new responsibilities in 2020** - [DOC](#)



ESMA Report on **EEA prospectus activity in 2018** - [DOC](#)

ESMA launches call for evidence on the **effects of product intervention measures** - [DOC](#)

ESMA consults on **MAR review** - [DOC](#)

ESMA consults on the **commercial terms for providing client clearing services under EMIR** - [DOC](#)

ESMA has issued its **final report on a set of Regulatory Technical Standards (RTS)** on the application of the **Market Abuse Regulation (MAR)** - [DOC](#)

ESMA issues an opinion on **product intervention measures by Cyprus** - [DOC](#)

ESMA has published its final report on the **Guidelines on standardised procedures and messaging protocols** - [DOC](#)

ESMA publishes translations for **Prospectus Guidelines on risk factors** - [DOC](#)

ESMA opinion clarifies application of **pre-trade transparency and price determination** in frequent batch auctions - [DOC](#)

ESMA analyses use of **derivatives by UCITS equity funds** - [DOC](#)

ESMA sees significant room for **improvement in national regulators' supervision of derivatives data** - [DOC](#)

EU enforcers must monitor closely **new reporting standards** - [DOC](#)

Update on the UK'S withdrawal from the European Union **preparations for a possible no-deal BREXIT scenario** on 31 october 2019 - [DOC](#)

ESMA and the Australian securities and investments commission to **cooperate on benchmarks** - [DOC](#)

Steven Maijor delivers keynote speech at **AFME's legal and compliance conference** - [DOC](#)

Steven Maijor, Chair of the European Securities and Markets Authority, addressed the EU-Asia Financial Dialogue as part of **ASIFMA's Annual Conference 2019 in Tokyo** - [DOC](#)

ESMA updates **EMIR Q&A** - [DOC](#)

ESMA updates its **CSDR Q&As** - [DOC](#)

ESMA publishes updates its Q&As on **investor protection issues** - [DOC](#)

ESMA issues latest set of **double volume cap data** - [DOC](#)

ESMA **newsletter - nº 8** - [DOC](#)

EBA - EUROPEAN BANKING AUTHORITY

EBA launches consultation on **comprehensive Pillar 3 disclosures** - [DOC](#)

EBA launches consultation on **guidelines on the application of the structural FX provision** - [DOC](#)

Consultation on comprehensive **ITS for financial institutions public disclosure** - [DOC](#)

Consultation paper on draft Guidelines on the **treatment of structural FX under 352(2) of the CRR** - [DOC](#)

EBA consults on **supervisory reporting changes related to CRR2 and Backstop Regulation (Framework 3.0)** - [DOC](#)

EBA publishes **work programme for 2020** - [DOC](#)



EBA publishes the regular Basel III **capital monitoring report and an update on the compliance of EU banks with liquidity measures** - [DOC](#)

EBA publishes Opinion on the **deadline and process for completing the migration to strong customer authentication** (SCA) for e-commerce card-based payment transactions - [DOC](#)

EBA publishes Opinion on **disclosure to consumers buying financial services through digital channels** - [DOC](#)

EBA publishes Opinion on the **regulatory treatment of non-performing exposure securitisations** - [DOC](#)

Low profits and high costs remain a key challenge for the EU banking sector - [DOC](#)

ESA - EUROPEAN SUPERVISORY AUTHORITIES

ESAs Joint Committee **defines its priorities for 2020** - [DOC](#)

ESAs highlight **money laundering and terrorist financing risks** in the EU financial sector - [DOC](#)

ESAs have issued a Consultation Paper on amendments to **existing rules underpinning the Key Information Document (KID) for Packaged Retail and Insurance-based Investment Products (PRIIPs)** - [DOC](#)

Joint ESA Supervisory Statement – **application of scope of the PRIIPs Regulation to bonds** - [DOC](#)

ESRB - EUROPEAN SYSTEMIC RISK BOARD

Opinion of the European Systemic Risk Board of 25 July 2019 regarding **Finnish notification of an extension of the period of application of a stricter national measure** based on Article 458 of the CRR (ESRB/2019/16) - [DOC](#)

The General Board of the European Systemic Risk Board **held its 35th regular meeting** on 26 September - [DOC](#)

ESRB risk dashboard - [DOC](#)

FCA - FINANCIAL CONDUCT AUTHORITY

FCA sets out **latest expectations for firms on Brexit** - [DOC](#)

Building better bridges: a **world-leading investment industry around outcomes customers need** - [DOC](#)

Class, cliques and social codes: **doing more on diversity** - [DOC](#)

CP19/27: **Quarterly Consultation Paper n.º 25** - [DOC](#)

CP19/26: Draft **technical standards on the content and format of STS notifications under the onshored Securitisation Regulation** - [DOC](#)

CP19/25: **Pension transfer advice**: contingent charging and other proposed changes - [DOC](#)

CP19/24: **Recovering the costs of OPBAS**: feedback on CP19/13 and consultation on fee-rate for 2019/20 - [DOC](#)



JURISPRUDÊNCIA

JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL

The Future of Bank Resolution after the General Court's Tercas Judgment - [DOC](#)

European Communities and Certain member States — Measures Affecting Trade in Large Civil Aircraft - [DOC](#)



PAPERS E OUTROS DOCUMENTOS

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

Estudo do Impacto Ambiental do Aeroporto do Montijo e respetivas acessibilidades - [DOC](#)

AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA

Consulta Pública - Proposta de anteprojeto de diploma de transposição da Diretiva que visa atribuir às autoridades da concorrência dos Estados-Membros **competência para aplicarem a lei de forma mais eficaz e garantir o bom funcionamento do mercado interno (Diretiva ECN+)** - [DOC](#)

CFP - CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Défice das administrações públicas reduz para 0,8% do PIB até junho - [DOC](#)

EURONEXT

Euronext Growth becomes an **EU 'SME Growth Market'** - [DOC](#)

Euronext announces **new three-year strategic plan** - [DOC](#)

ICC - CÂMARA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

ICC apresenta as **novas regras Incoterms 2020** - [DOC](#)

ICC emite **recomendações para reformar o comércio internacional** - [DOC](#)

5 Conclusões da Reunião Técnica da Comissão Bancária da ICC - [DOC](#)

TRIBUNAL DE CONTAS

Relatório n.º 22/2019 - Auditoria de Seguimento à ADSE - [DOC](#)

BIS - BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS

Post-Basel III: time for evaluation - [DOC](#)

Basel Committee discusses **policy and supervisory initiatives and approves implementation reports** - [DOC](#)

The future path of the Basel Committee: some guiding principles - [DOC](#)

BIS committees release **two major reports on unconventional policy tools** - [DOC](#)

Cross-border bank lending accelerates - [DOC](#)

G7 releases stablecoin report - [DOC](#)

Mario Draghi: **ECB press conference** - introductory statement - [DOC](#)

Margarita Delgado: **The Banking Union - a key building block of the EU project** - [DOC](#)



Vitas Vasiliauskas: **Macroprudential regulation and financial stability** - [DOC](#)

Thomas Jordan: **Challenges confronting the pension system** - options and limitations of monetary policy - [DOC](#)

Marja Nykänen: **Problems in embedding climate risks into the traditional financial risk framework** - [DOC](#)

Vulnerabilities in the international monetary and financial system - [DOC](#)

David Ramsden: Openness and integration - **the new finance and new economy in a global context** - [DOC](#)

Olli Rehn: **Making the best out of second-best climate policies** - [DOC](#)

Denis Beau: **Ten years after Lehman, is the financial system safer?** - [DOC](#)

Andrew G Haldane: **Understanding pay gaps** - [DOC](#)

Burkhard Balz: **Curtain up for the future of payments** - from bigtechs and fintechs to smartphones and stablecoins - [DOC](#)

Stephen S Poloz: **Release of the Monetary Policy Report** - [DOC](#)

Fragmentation in global financial markets: good or bad for financial stability? - [DOC](#)

Business intelligence systems and central bank statistics - [DOC](#)

Global liquidity indicators - [DOC](#)

BIS global liquidity indicators at end-June 2019 - [DOC](#)

Effective exchange rate indices - [DOC](#)

Central bank policy rates - [DOC](#)

US dollar exchange rates - [DOC](#)

BIS international banking statistics at end-June 2019 - [DOC](#)

Consolidated banking statistics - [DOC](#)

Locational banking statistics - [DOC](#)

CEPS – LEADING INDEPENDENT THINK TANK ON EUROPEAN POLICIES

Overhauling corporate taxation in the digital economy - [DOC](#)

EUROPEAN ISSUERS

Europeanissuers' response to ESMA's consultation on draft guidelines on **disclosure requirements under the Prospectus Regulation** - [DOC](#)

EuropeanIssuers **Contribution to the CMU High-level Group** - [DOC](#)

Launch of the report **"The capital markets union: should the EU shut out the City of London?"** - [DOC](#)

Launch of **Markets4Europe** campaign - [DOC](#)

Europeanissuers Position On The Draft **Guidelines On The Standardised Presentation Of The Remuneration Report** - [DOC](#)



FAFT - FINANCIAL ACTION TASK FORCE

"Roadmap to 2050" - Fondazione Eni & UN SDSN New Report provides Manual for Countries to Decarbonize by Mid-Century - [DOC](#)

FEEM

Best Practices on Beneficial Ownership for Legal Persons - [DOC](#)

IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND

Portugal and the IMF - [DOC](#)

IMF Annual Report 2019 - [DOC](#)

Global Financial Stability Report - [DOC](#)

The IMF and the Greek Crisis: Myths and Realities - [DOC](#)

France - Financial Sector Assessment Program - Technical Notes - [DOC](#)

Country Report - Democratic Republic of **São Tomé and Príncipe** - [DOC](#)

Is South Asia Ready for Take Off?: A Sustainable and Inclusive Growth Agenda - [DOC](#)

Medium-term Revenue Strategy (MTRS) – Taxation and Development, Speech delivered by Vitor Gaspar and prepared in cooperation with Juan Toro - [DOC](#)

World Economic Outlook - [DOC](#)

Fiscal Monitor - [DOC](#)

Working Paper No. 19/224: **Banks' Holdings of Government Securities and Credit to the Private Sector in Emerging Market and Developing Economies** - [DOC](#)

Working Paper No. 19/223: **Do Audits Deter or Provoke Future Tax Noncompliance? Evidence on Self-employed Taxpayers** - [DOC](#)

Working Paper No. 19/220: **Interconnectedness and Contagion Analysis: A Practical Framework** - [DOC](#)

Working Paper No. 19/219: **A Requiem for the Fiscal Theory of the Price Level** - [DOC](#)

Working Paper No. 19/218: **Do Financial Markets Value Quality of Fiscal Governance?** - [DOC](#)

Working Paper No. 19/214: **Macroeconomic Effects of Reforms on Three Diverse Oil Exporters: Russia, Saudi Arabia, and the UK** - [DOC](#)

Working Paper No. 19/213: **An Assessment of Global Formula Apportionment** - [DOC](#)

OECD - ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT

OECD and European Commission **join forces to further support structural reforms in European countries** - [DOC](#)

OECD leading **multilateral efforts to address tax challenges from digitalisation of the economy** - [DOC](#)

Employment situation, second quarter 2019 - [DOC](#)



Consumer Prices - [DOC](#)

Harmonised Unemployment Rates - [DOC](#)

Composite Leading Indicators - [DOC](#)

OICV-IOSCO - INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SECURITIES COMMISSIONS

IOSCO publica guia para **programa de educação financeira** - [DOC](#)

Statement on IOSCO **study of emerging global stablecoin proposals** - [DOC](#)

TASK FORCE ON CLIMATE-RELATED FINANCIAL DISCLOSURES

2019 Status Report - The FSB **Task Force on Climate-related Financial Disclosures** - [DOC](#)

THE - TIMES HIGHER EDUCATION

World University Rankings 2020 - [DOC](#)

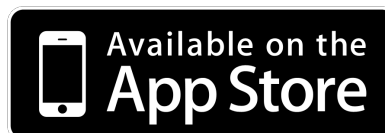
WORLD ECONOMIC FORUM

Global Competitiveness Report 2019 - [DOC](#)

How to Set Up Effective Climate Governance on Corporate Boards - Guiding principles and questions - [DOC](#)

APP AEM

MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS



TODA A INFORMAÇÃO PUBLICADA PELAS EMPRESAS ASSOCIADAS DA AEM NA SUA MÃO



[Subscribe](#)



[Read](#)



[Discuss](#)



[Link](#)



[Like](#)



[Share](#)

REGULATORY UPDATE

Outubro 2019

AEM - Associação de Empresas Emitentes
de Valores Cotados em Mercado

Largo do Carmo, n.º 4, 1.º Direito
1200-092 Lisboa
Telefone: +351 21 820 49 70
Fax: +351 21 807 74 90
abel.ferreira@aem-portugal.com
www.emitentes.pt

SLBA - Sofia Leite Borges & Associados -
Sociedade de Advogados SP RL

Av. Sidónio Pais, 16, 2º Dto,
1050-215 Lisboa
Telefone: +351 213 170 996
Fax: +351 213 170 999
sofia.borges@slba.pt
www.slba.pt

O Regulatory Update é circulado aos Associados da AEM e a outras pessoas ou entidades que têm uma relação profissional com a AEM. O conteúdo do Regulatory Update não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização da AEM. Permanecemos ao inteiro dispor para o esclarecimento de qualquer dúvida ou questão, através dos contactos habituais ou, em geral geral@aem-portugal.com.